

Aceleraram-se as preliminares eleitorais

Newton Rodrigues *

Falta pouco mais de um ano para as eleições municipais, mas seus efeitos já são sensíveis nas atividades políticas. O jogo de conveniências bloqueou as tentativas de mais uma mudança na lei eleitoral que, desta vez, visavam, sobretudo, atingir as legendas menores, reduzindo drasticamente as disputantes, tivessem ou não tradição, como é o caso, entre outros, do PSB e do PC do B. Também foi para o brejo a tentativa de, pelo menos, cancelar a possibilidade de reeleição dos prefeitos dos municípios menos populosos, a maioria, ou obrigá-los a deixar os cargos seis meses antes do pleito. Para o fiasco, concorreram a força dos caciques municipais, de que dependem muitos deputados federais, e o consequente medo de efeito bumerangue sobre os parlamentares, em 2002, quando serão corridos o grande prêmio Presidência, os clássicos Governadorias, além das escolhas de todos os deputados federais e estaduais e de dois terços dos senadores. Há uma herança nada edificante de FHC, em abono ao fortalecimento das oligarquias, novas ou veteranas.

Outro ingrediente que movimenta a política é a queda sistemática da credibilidade presidencial em todas as pesquisas dos últimos meses, nas quais vem batendo recordes negativos. Devido a isso, apesar da grande distância que nos separa das urnas de 2002, e do medo de lances prematuros, está entrando cada vez mais em pauta a eleição presidencial que poderá varrer o tucanato do mando da

União, acentuando a perda de posições estaduais que conquistara anteriormente, do que resultou só governarem hoje um grande estado, São Paulo, enquanto pefelistas, peemedebistas, pedetistas e petistas comandam outras importantes unidades federativas.

Já há dois candidatos lançados: há muito tempo Ciro Gomes e, agora, surpreendentemente, Pedro Simon, oficializado pela seção peemedebista gaúcha e em campanha inicial, ainda de limitadas possibilidades, em face de seu desempenho anterior para a disputa governamental e da própria divisão do partido. Algo semelhante se pode dizer de Itamar Franco, que, entretanto, governa o segundo estado mais importante do País, é um ativista da não-subordinação ao FMI — antiga bandeira de Juscelino — e da recusa à desnacionalização sem freios, e que poderá vir a ser um ponto de união, na medida em que superar os entraves administrativos e econômicos atuais. Lembre-se, porém, que foi do próprio PMDB que recebeu o golpe que o impediu de ser candidato, vibrado por Jader Barbalho, que hoje chefia o partido.

Quanto a Ciro Gomes, patronado pelo pequeno PPS, conseguiu, apesar disso, 10,87% dos votos válidos no ano passado, contra 53,06% de FHC e 31,71% de Lula. Há indicações de que está crescendo, contando com sucessivas adesões, inclusive de tucanos, dos quais nunca se afastou de todo (haja vista sua

parceria com Jereissati), mas tem dificuldades de transpor, aliás as mesmas que lhe estorvaram o caminho em 1998. O grande obstáculo chama-se Lula, que, naquela ocasião, centralizou tática e estratégia no impedimento de qualquer outra forte candidatura de oposição, facilitando a reeleição de Fernando Henrique, embora com percentual de votos válidos menor que em 1994. O mesmo quadro poderá repetir-se agora, pois Luís Inácio fala cada vez mais como candidato, talvez menos por ambição pessoal do que pela convicção de sua quarta candidatura que, ainda que derrotada, servirá à legenda. De fato, no quadro atual, como há quatro anos e pouco, o PT é a chave do pleito, na medida em que se



disponha ou não a integrar uma frente antigovernista, apoiando candidato de outro partido, ou dispondo-se a lançar candidato próprio, mais aceitável pelos que temem seus arroubos políticos que têm sido comparados aos do presidente Chávez, da Venezuela.

Os outros possíveis candidatos fortes ainda não se lançaram, embora tenham tido o cuidado de ampliar espaços. É o caso de Antonio Carlos Magalhães, tuxaua do PFL, hoje em campanha importante contra a miséria que assola o País e promotor de devassas no Judiciário, agora reforçadas com o assassinato anunciado do juiz Leopoldino Marques do Amaral, cujas denúncias ficaram engavetadas. Mas, experiente como é, só se lançará ao pá-

reo se contar com uma ampla frente que possa, se não assegurar-lhe a vitória, abrir-lhe ao menos sólida possibilidade de obtê-la. Do contrário, preferirá voltar ao Senado, para o qual terá uma eleição tranqüila. Por seu lado, Covas, além dos problemas de saúde que o atingem, é um tucano carimbado cuja campanha não poderá dissociar-se de FHC, que está capangando em administração e política. Sem recuperação do desempenho governamental, talvez prefira ficar na cerca, hipótese que também é válida para outros tucanos candidáveis. O jeito é esperar, mas esperar enquanto estão crescendo candidaturas como a de Ciro e Lula, que, aliás, já têm trocado duros golpes.

A eleição municipal que condicionará a outra poderá ser mais uma caixa de surpresas em vista da perda de aceitação da maior parte dos partidos, e do crescimento dos protestos urbanos e rurais que demonstram organização e disposição de luta. As surpresas eleitorais têm sido constantes, apesar da força das máquinas oficiais e conexas e da propaganda privilegiada dos grandes partidos, nos planos municipal, estadual e nacional. Lembre-se o caso relativamente recente de Erundina, em São Paulo, e de Tarso Genro, em Porto Alegre. Em 1960, Jânio Quadros venceu facilmente, aliás apoiado por um grande partido, a UDN; quase trinta anos depois, Fernando Collor também venceu, montado em um partidinho que ele mesmo criara para garantir a inscrição. Por falar nele, a tentativa de candidatar-se agora à prefeitura paulistana deve ser tomada nos devidos termos, com chances quase nulas. Desatina-se a

abrir-lhe presença na mídia, enquanto durar o julgamento do caso, com pouquíssimas chances de ser aprovada na Justiça Eleitoral, devido à permanência da suspensão de seus direitos políticos. Sem dúvida ele sabe disso. Mas poderá conseguir por bom prazo permanência na mídia, dirigindo-se ao maior eleitorado urbano do País, e cuidando de melhorar sua imagem nacional. Dois anos depois, se possível e aconselhável, poderá tentar a volta à Presidência, ingressar no Senado, onde seria colega de vários de seus cassadores, ou ficar por Alagoas. De qualquer modo, o lance que ensaia é uma boa jogada de marketing.

O fato novo da semana, porém, não diz respeito a alinhamentos eleitorais, mas ao violento ataque presidencial ao Congresso, por ele responsabilizado pela demora em aprovar projetos de reforma. O fato não chega a ser novidade, pois os descartes de FHC têm sido frequentes. O Congresso é lerdo, de fato, além de pouco representativo. Entretanto, é natural que lhe seja mais difícil votar complexos projetos nas duas casas do que ao presidente da República assinar pilhas de medidas provisórias. As dificuldades de votação recaem, porém, principalmente, na maioria oficial, o bloco do governo, que tem folga de votos. Em outras palavras, na perda de autoridade política presidencial, mais um reflexo da enorme impopularidade que, agora, atingiu na última pesquisa Vox Populi-CNT o nível de 65%, oito pontos acima da apurada sobre Collor, no transe da queda. ■